

EMENTA: INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE VILHENA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIVALDO RENATO RUTIMANN, Prefeito do Município de Vilhena, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

L E I

T Í T U L O I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

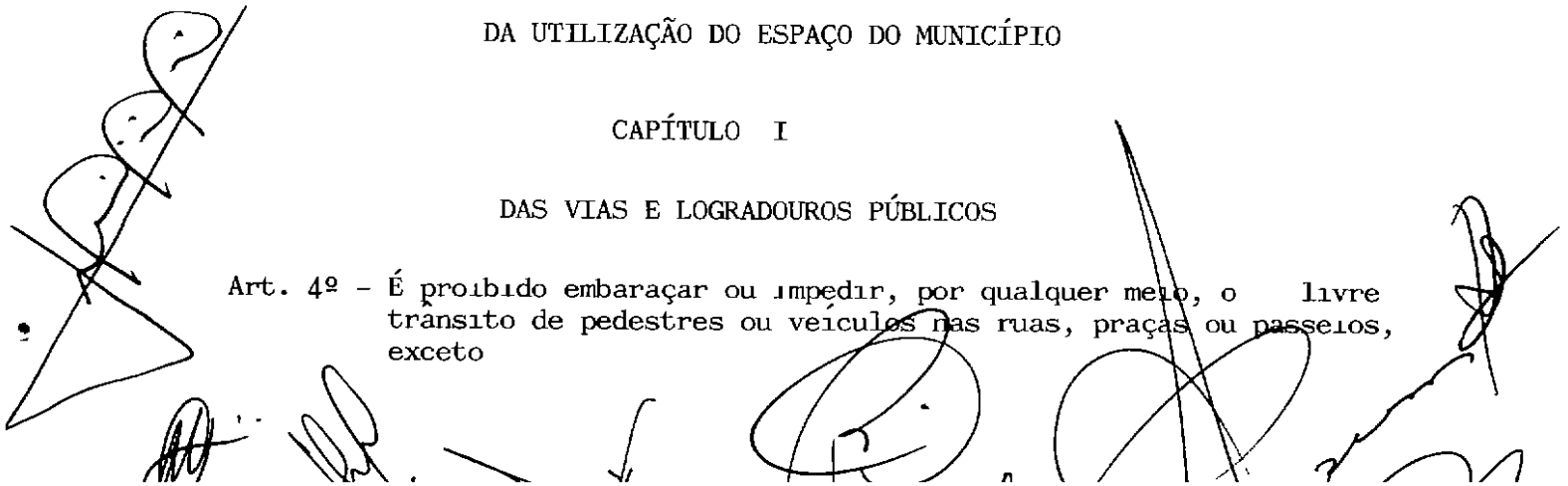
- Art. 1º - A utilização do espaço do Município e o bem-estar público são regidos pela presente Lei, observadas as normas federais e estaduais relativas à matéria.
- Art. 2º - À todas autoridades municipais e à população em geral incumbe velar pela fiel observância dos preceitos deste Código.
- Art. 3º - Aplicam-se aos casos omissos as disposições concernentes aos análogos e não as havendo, os princípios gerais de direito.

T Í T U L O II

DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

- Art. 4º - É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças ou passeios, exceto
- 

- I - para efeito de obras públicas,
- II - quando exigências policiais o determinarem,
- III - para os fins do art. 15 deste Código.

§ 1º - Compreende-se na proibição deste artigo

- I - o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção nos passeios, logradouros e vias públicas,
- II - o estacionamento de veículos sobre passeios ou calçadas,

§ 2º - Tratando-se de materiais que não possam ser depositados diretamente no interior dos prédios ou dos terrenos, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com mínimo prejuízo de trânsito, por tempo estritamente necessário à sua remoção.

Art. 5º - Não será permitida a preparação de reboco ou argamassa nas vias públicas. Na impossibilidade de fazê-lo no interior dos prédios ou terrenos, nesse caso só poderá ser utilizada área correspondente à metade da largura do passeio, sem prejuízo para o trânsito de pedestre mediante a utilização de tablado apropriado.

Parágrafo Único - Desatendida a notificação relativamente ao disposto neste artigo, além da aplicação de penalidade, a Prefeitura poderá fazer a remoção do material usado, limpeza do local, reparação dos danos eventualmente causados, cobrando o preço público correspondente.

Art. 6º - É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Art. 7º - A Prefeitura poderá impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 8º - É proibido embaraçar o trânsito ou molestar os pedestres por meios como:

- I - conduzir pelos passeios volumes de grande porte;
- II - dirigir ou conduzir pelos passeios veículos de qualquer espécie, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem,
- III - conduzir ou conservar animais de médio e grande porte sobre os passeios ou jardins

Parágrafo Único - Excetua-se ao disposto no inciso II carrinhos de crianças e bicíclcos de uso infantil.

Art. 9º - O transporte de resíduos, terras, agregados, ossos, adubos, lixo e qualquer material a granel deve ser executado de forma a não provocar derramamento na via pública e poluição, devendo ser respeitadas as seguintes exigências:

- I - os veículos com terra, escória, agregados, deverão transitar com carga rasa limitada à borda da caçamba,
- II - serragem, lixo curtido, resíduos, areias, adubo, fertilizantes e similares deverão ser transportados atendendo o previsto no inciso anterior e com cobertura que impeça espalhamento,

III - ossos, vísceras, sebo, resíduos de limpeza, esvaziamento de fossas ou poços absorventes e outras substâncias ou materiais que exalem odores desagradáveis, vapores ou elementos nocivos, só poderão ser transportados em carrocerias estanques e totalmente fechadas.

Parágrafo Único - Durante a carga e descarga dos veículos deverão ser adotadas precauções para evitar prejuízos às vias e logradouros públicos, à saúde e bem-estar da população.

Art. 10 - É proibido lavar ou reparar veículos e equipamentos em passeios, vias e logradouros públicos.

Art. 11 - É proibido danificar ou modificar o funcionamento das redes públicas de água potável, energia, águas pluviais, telefonia e outras, realizar qualquer ato que comprometa sua eficiência e durabilidade, bem como efetuar ligações sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Parágrafo Único - Na rede de águas pluviais admite-se exclusivamente o escoamento de águas provenientes de chuvas, vedado o lançamento de outros líquidos ou sólidos.

Art. 12 - É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canais das vias públicas, danificando ou obstruindo serviços.

Art. 13 - É proibido riscar, borrar, pintar inscrições ou escrever distícos nas vias, passeios, logradouros, prédios e bens públicos, bem como em cartazes protegidos por licença municipal.

Art. 14 - É proibido depositar em qualquer área ou terreno, assim como ao longo ou no leito de rios, canais, córregos, depressões, igarapés, lixo, resíduos, detritos, animais mortos, mobiliários usados, folhagens, material de poda, terras, óleos, gorduras, tintas ou qualquer material que possa causar incômodo ao bem-estar social, exceto em lugares previamente determinados pelo Poder Público.

Art. 15 - Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados coretos e palanques provisórios nos logradouros e vias públicas, desde que seja requerida à Prefeitura a aprovação de sua localização, com antecedência mínima de três (03) dias úteis

Parágrafo Único - Na localização de coretos ou palanques deverão ser obrigatoriamente observados os seguintes requisitos

I - não prejudiquem o calçamento, o escoamento das águas pluviais e o perfeito funcionamento das redes públicas, correndo por conta dos responsáveis pelos eventos os estragos porventura verificados,

- II - serem removidos no prazo de duas (2) horas, em caso de impedimento de via, e de vinte e quatro (24) horas, em caso de armação em logradouro ou passeio, a contar do encerramento do evento. Desatendido o prazo, poderá a Prefeitura fazer a remoção, cobrando-se o preço público correspondente, sem prejuízo de penalidade.

CAPÍTULO II

DAS ESTRADAS MUNICIPAIS

Art. 16 - As estradas municipais ficam assim classificadas:

- I - estradas principais ou tronco: pista de rolamento de 8 a 12 metros de largura com faixa lateral de domínio de 2 metros de cada lado,
- II - estradas secundárias pista de rolamento de 6 a 8 metros de largura, com faixa lateral de domínio de 1 metro de cada lado.

Art. 17 - A construção de novas estradas municipais será precedida de estudos prévios pelos quais serão definidos os cuidados e os tratamentos convencionais adequados, visando a preservação do meio ambiente.

Art. 18 - A mudança ou deslocamento de estradas municipais vicinais só poderá ser feito entre o limite de duas propriedades rurais. Quando afetar somente uma propriedade, o Município custeará as despesas com porteiras, corredores e com arames de 05 (cinco) fios.

Art. 19 - É expressamente proibido:

- I - fechar, estreitar, mudar ou de qualquer modo dificultar a servidão pública das estradas e caminhos sem licença prévia da Prefeitura,
- II - colocar tranqueiras, porteiras, mata-burros e palanques nas estradas,
- III - arrancar ou danificar marcos quilométricos e outros alusivos ao trânsito,
- IV - destruir, obstruir ou danificar pontes, bueiros, esgotos e valetas laterais ou logradouros de proteção das estradas.

- V - fazer cisternas, valetas, buracos ou escavações de qualquer natureza no leito das estradas,
- VI - utilizar a faixa de domínio municipal para o plantio de culturas que venham em prejuízo da segurança ou conservação da estrada;
- VII - encaminhar águas servidas ou pluviais para o leito das estradas ou fazer barragem que levem as águas a se aproximarem do leito das mesmas a uma distância mínima de 10 (dez) metros.
- VIII - danificar de qualquer modo as estradas.

CAPÍTULO III

DOS TERRENOS URBANOS E RURAIS

Art. 20 - Os proprietários ou possuidores a qualquer título, de terrenos urbanos, são obrigados nos prazos fixados pela Prefeitura

- I - construir muros em terrenos baldios onde houver pavimentação,
- II - executar o calçamento dos respectivos passeios,
- III - zelar para que os imóveis estejam permanentemente limpos.

§ 1º - A Prefeitura, uma vez não atendida a notificação relativamente ao disposto neste artigo, além da aplicação das penalidades poderá executar serviços, cobrando o preço público correspondente.

§ 2º - Para a execução do disposto nos incisos I e II deste artigo, nos termos do parágrafo anterior, a Prefeitura obedecerá modelos padronizados e especificações estabelecidas em regulamento.

Art. 21 - Os terrenos rurais, salvo acordo expresso entre proprietários ou possuidores a qualquer título, serão fechados com

- I - cercas de arame com três fios no mínimo, de um metro e quarenta e cinco centímetros (1,45 cm) de altura,
- II - telas de fios metálicos com altura mínima de um metro e cinquenta centímetros (1,50 cm),
- III - cercas vivas de espécies vegetais adequadas, resistentes e não espinhosas quando fazer divisa com vias ou servidões públicas.

TÍTULO III

DO BEM-ESTAR PÚBLICO

CAPÍTULO I

DA LIMPEZA PÚBLICA

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 - Todos os serviços de limpeza urbana do Município são regidas pelas disposições contidas nesta Lei e regulamento, executados diretamente pela Prefeitura, por meios próprios ou, através de adjudicação a terceiros.

Art. 23 - A varredura dos prédios e dos passeios públicos a eles fronteiros, de responsabilidade de seus moradores, deverá ser recolhida em recipiente, sendo proibida encaminhá-la à sarjeta ou ao leito da rua.

Art. 24 - Qualquer obstáculo ou ato que pertube, prejudique ou impeça a execução da varrição ou de outros serviços de limpeza pública sujeitará o infrator às sanções previstas nesta Lei.

Parágrafo Único - Qualquer obstáculo que impeça a execução dos serviços a que se refere este artigo, deverá ser removido pelo seu proprietário ou possuidor a qualquer título, sob pena de apreensão e demais cominações de lei.

Art. 25 - O serviço de limpeza tem por fim manter limpa a área do Município, mediante varrição, coleta, transporte e destinação final do lixo.

Art. 26 - Os serviços de coleta na limpeza pública são de quatro naturezas.

- I - coleta de lixo domiciliar,
- II - coleta de lixo público,
- III - coleta de lixo comercial e industrial,
- IV - coleta de lixo de fontes especiais.

Art. 27 - O lixo apresentado à coleta constitui propriedade exclusiva do Município.

Parágrafo Único - O lixo a que se refere este artigo será transportado para o depósito municipal por meio de viaturas que atendam as condições de ordem sanitária, técnica, econômica e estética.

Art. 28 - Mediante pagamento de preço público, fixado pelo Executivo, poderá a Prefeitura proceder a remoção ou indicar o local para depósito de resíduos, entulhos, terras e outros materiais.

Art. 29 - Só será permitida a triagem ou catação no lixo de qualquer objeto, material, restos ou sobras, seja qual for sua origem ou valor, nos pontos de destinação em casos expressamente autorizados pelo órgão administrativo competente da Prefeitura.

Art. 30 - É proibido atear fogo no lixo.

Art. 31 - Para preservar de maneira geral a saúde e a higiene pública, é terminantemente proibido.

I - lavar roupas, veículos e animais em logradouros públicos ou banhar-se em chafarizes, fontes, tanques ou torneiras públicas, ou ainda deles se valer para qualquer outro uso desconforme com suas finalidades,

II - consentir no escoamento de água servida das residências e dos estabelecimentos prestadores de serviço, hospitalares, comerciais e industriais para a via pública.

SEÇÃO II

DO LIXO

Art. 32- Entende-se por lixo domiciliar os detritos produzidos pela ocupação de edificações residenciais.

Art. 33 - Entende-se por lixo público os detritos recolhidos nas vias e logradouros públicos, bem como todo material resultante da limpeza pública de outras atividades afins.

Art. 34 - Entende-se por lixo comercial e industrial aqueles resíduos gerados nos estabelecimentos comerciais e industriais, decorrentes de suas atividades.

Art. 35 - Entende-se por lixo de fontes especiais aqueles resíduos não enquadrados nas categorias anteriores citadas, em virtude de suas características específicas que demanda cuidado e métodos especiais na sua coleta, transporte e destinação.

Art. 36 - O lixo domiciliar, comercial e industrial e de fontes especiais serão recolhidos em sacos plásticos, preferencialmente, latões ou vasilhames apropriados.

§ 1º - O lixo apresentado à coleta será depositado em local que não prejudique vizinhos, transeuntes e locais públicos, de fácil remoção pela equipe em serviço, a salvo de crianças, animais ou insetos.

§ 2º - Constitui obrigação de todos facilitar os trabalhos de recolhimento do lixo e zelar pela segurança e dignidade do pessoal em carregado.

§ 3º - Lixo não acondicionado, mal acondicionado ou que de alguma forma impeça a coleta manual normal será recolhido como serviço especial com custo diferenciado e próprio.

Art. 37 - O usuário deverá providenciar por meios próprios os recipientes padronizados nos termos do art 036, mantendo-os em perfeito estado de conservação e asseio.

Art. 38 - Qualquer equipamento ou eliminação de lixo ou resíduos não poderá lançar substâncias nocivas nas redes de esgoto.

CAPÍTULO II

DA HIGIENE PÚBLICA

SEÇÃO I

DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 39 - A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Art. 40 - Não será permitida a produção, exposição ou vendas de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados, ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pela fiscalização e removidos para local destinados a inutilização dos mesmos.

§ 1º - A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 41 - É proibido ter em depósito ou expostas à venda.

I - aves doentes;

II - legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 42 - Não será permitido o emprego de jornais, papéis velhos ou qualquer impresso para embrulhar gêneros alimentícios em contacto direto.

Art. 43 - O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 44 - O leite, a manteiga e o queijo expostos à venda deverão ser conservados em recipientes apropriados à prova de impureza e insetos, satisfeitas ainda as demais condições de higiene.

Art. 45 - As fábricas de doces e de massas, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres deverão ter:

I - o piso e as paredes das salas de elaboração dos produtos alimentícios revestidos de ladrilhos até a altura de dois (2) metros,

II - as salas de preparo dos produtos com as janelas e aberturas teladas e à prova de moscas.

SEÇÃO II

DA HIGIENE DOS HOTÉIS, RESTAURANTES, LANCHONETES, CAFÉS, BARES, PADARIAS, CONFEITARIAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES.

Art. 46 - Os hotéis, restaurantes, lanchonetes, cafés, bares, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres deverão observar as seguintes prescrições:

I - a lavagem de louças e talheres deverá fazer-se com água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem em baldes, toneis ou vasilhames,

- II - a higienização da louça e talheres deverá ser feita com detergente ou sabão e água fervida em seguida,
 - III - os guardanapos e toalhas serão de uso individual,
 - IV - os açucareiros serão do tipo que permitam a retirada de açúcar, sem o levantamento da tampa,
 - V - a louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas e ventilados, não podendo ficar expostos à poeira e às moscas;
 - VI - as mesas e balcões deverão possuir tampas impermeáveis;
 - VII - as cozinhas e copas terão revestimento em ladrilho nos pisos e nas paredes até a altura de dois (2) metros no mínimo e deverão ser conservadas em perfeitas condições de higiene,
 - VIII - os utensílios de cozinha, os copos, as louças, os talheres, xícaras e pratos devem estar sempre em perfeitas condições de uso. Serão apreendidos e inutilizados imediatamente o material que estiver danificado, lascado ou trincado,
 - IX - haverá sanitários para ambos os sexos, não sendo permitida entrada comum.
 - X - nos salões de consumação não será permitido o depósito de caixas de qualquer material estranho às suas finalidades.
- Parágrafo Único - Os estabelecimentos a que se refere este artigo são obrigados a manter seus empregados e garçons limpos, convenientemente trajados e uniformizados.

SEÇÃO III

DOS SALÕES DE BARBEIROS, CABELEREIROS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES.

Art. 47 - Nos salões de barbeiros, cabelereiros e estabelecimentos congêneres é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.

Parágrafo Único - Durante o trabalho os oficiais ou empregados deverão usar jaleco rigorosamente limpo.

Art. 48 - As toalhas ou panos que recobrem o encosto das cadeiras devem ser usados um só vez para cada atendimento.

Art. 49 - Os instrumentos de trabalho, logo após sua utilização, deverão ser mergulhados em solução antisséptica e lavados em água corrente.

Art. 50 - Os salões de barbeiros, cabelereiros e estabelecimentos congêneres deverão obedecer as seguintes prescrições:

- I - os pisos deverão ser recobertos de borracha ou material similar;
- II - as paredes deverão ser pintadas à óleo, ou material similar, até a altura de dois (2) metros,
- III - deverão possuir instalações sanitárias adequadas.

SEÇÃO IV

DA HIGIENE DOS HOSPITAIS, CASAS DE SAÚDE E MATERNIDADES

Art. 51 - Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, além das disposições demais deste Código, que lhe forem aplicáveis, é obrigatório:

- I - a existência de depósitos de roupa servida,
- II - a existência de uma lavanderia a água quente com instalação completa de esterilização,
- III - a esterilização de louças, talheres e utensílios afins,
- IV - a existência de incineradores próprios,
- V - a instalação de cozinha, copa e despensa, conforme exigências do inciso VII do art. 046 deste Código.

Art. 52 - A instalação de necrotérios e capelas mortuárias será em prédio isolado, distante no mínimo vinte (20) metros das habitações vizinhas e situadas de maneira que o seu interior não seja devassado ou descortinado.

SEÇÃO V

DA HIGIENE DAS CASAS DE CARNE E PEIXARIAS

Art. 53 - As casas de carnes e peixarias deverão atender as seguintes condições

- I - serem instaladas em prédios de alvenaria;
- II - serem dotadas de torneiras e pias apropriadas;
- III - terem balcões com tampo de aço inoxidável, mármore ou fórmica,
- IV - terem câmaras frigoríficas ou refrigeradores com capacidade suficiente,
- V - utilizar utensílios de manipulações, ferramentas e instrumentos de cortes feitos de material apropriado, conservados em rigoroso estado de limpeza,
- VI - o piso deverá ser em cimento alisado, mosaico ou ladrilhos e as paredes revestidas até a altura de dois (2) metros no mínimo, devendo ser conservadas em perfeitas condições de limpeza,
- VII - deverão ter ralos ligando o local à rede de esgoto ou fossa absorvente,
- VIII - possuir instalações sanitárias adequadas,
- XI - possuir portas gradeadas e ventiladas e janelas teladas.

Art. 54 - Nas casas de carne e congêneres só poderão entrar carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciadas, regularmente inspecionadas e carimbadas e quando conduzidas em veículo apropriado.

Art. 55 - As aves abatidas deverão ser expostas à venda completamente limpas, livre de plumagem, vísceras e partes não comestíveis.

Art. 56 - Nas casas de carnes e congêneres é vedado o uso

- I - do cepo e do machado,
- II - de móveis de madeira sem revestimento impermeável.

Art. 57 - Nos estabelecimentos tratados nesta Seção é obrigatório observar os seguintes preceitos de higiene.

- I - manter o estabelecimento em completo estado de asseio e limpeza,
- II - o uso de aventais e gorros brancos,
- III - manter coletores de lixo e resíduos com tampa à prova de moscas e roedores.

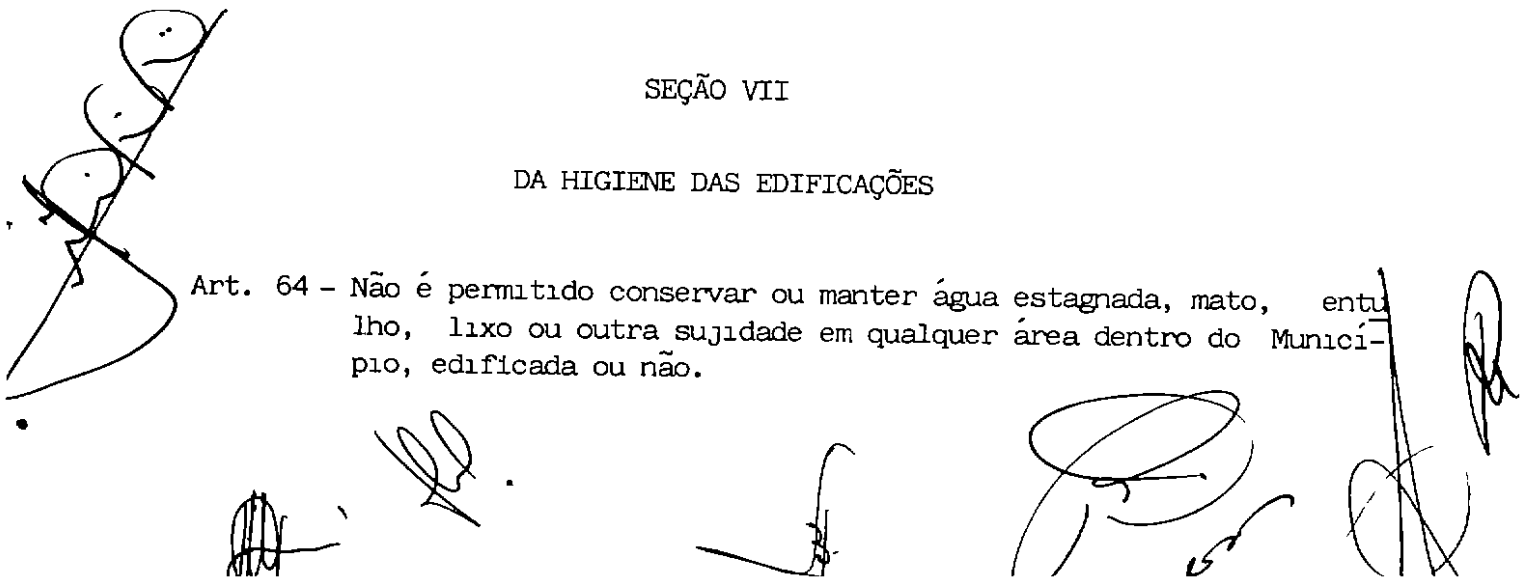
SEÇÃO VI

DA HIGIENE DAS PISCINAS DE NATAÇÃO NÃO PRIVATIVAS

- Art. 58 - As piscinas de natação não privativas poderão obedecer as seguintes prescrições:
- I - todo o frequentador de piscina é obrigado a banho prévio de chuveiro,
 - II - no trajeto entre os chuveiros e a piscina será necessária a passagem do banhista por um lavapés, situado de modo a reduzir, ao mínimo, o espaço a ser percorrido,
 - III - a limpeza da água deve ser tal que da borda possa ser vista com nitidez o seu fundo,
 - IV - o equipamento especial da piscina deverá assegurar perfeita e uniforme circulação, filtragem e purificação da água.
- Art. 59 - A água das piscinas deverá ser tratada com cloro ou preparados de composição similar.
- Art. 60 - Em todas as piscinas é obrigatório o registro das operações de tratamento e controle.
- Art. 61 - Os frequentadores das piscinas deverão ser submetidos a exames médicos, pelos menos uma vez por ano.
- Art. 62 - Para uso dos banhistas deverão existir vestiários para ambos os sexos, com chuveiro e instalações sanitárias adequadas.
- Art. 63 - Nenhuma piscina poderá ser usada quando suas áreas forem julgadas poluídas pela autoridade sanitária competente.

SEÇÃO VII

DA HIGIENE DAS EDIFICAÇÕES

- Art. 64 - Não é permitido conservar ou manter água estagnada, mato, entulho, lixo ou outra sujidade em qualquer área dentro do Município, edificada ou não.
- 

Parágrafo Único - O responsável pela área onde houver acúmulo dos materiais relacionados no caput providenciará sua remoção, por seus próprios meios ou através de solicitação à Prefeitura mediante recolhimento de tributo específico.

Art. 65 - Todas as edificações disporão de instalações sanitárias adequadas e higiênicas, sendo obrigatória a utilização de fossas sépticas e sumidouros perfeitamente vedados e afastados das divisas, na forma estabelecida pelo Código de Obras.

§ 1º - A utilização de fossas negras dependerá de autorização prévia da Prefeitura.

§ 2º - A Prefeitura fornecerá aos interessados, gratuitamente, a orientação necessária à execução de fossas e sumidouros.

Art. 66 - As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares, restaurantes, pensões, hotéis e estabelecimentos, comerciais, / prestadores de serviços hospitalares e industriais de qualquer natureza terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos.

Art. 67 - É proibido fumar em estabelecimentos públicos fechados, onde houver trânsito ou permanência de pessoas, assim considerados entre outros os seguintes locais elevadores, transportes coletivos municipais, auditórios, museus, estabelecimentos que comerciam ou guardam em depósito material inflamável, hospitais e salas de escolas de 1º e 2º graus.

§ 1º - Nos locais mencionados no caput deste artigo deverão ser afixados avisos indicativos de proibição em pontos de ampla visibilidade pública.

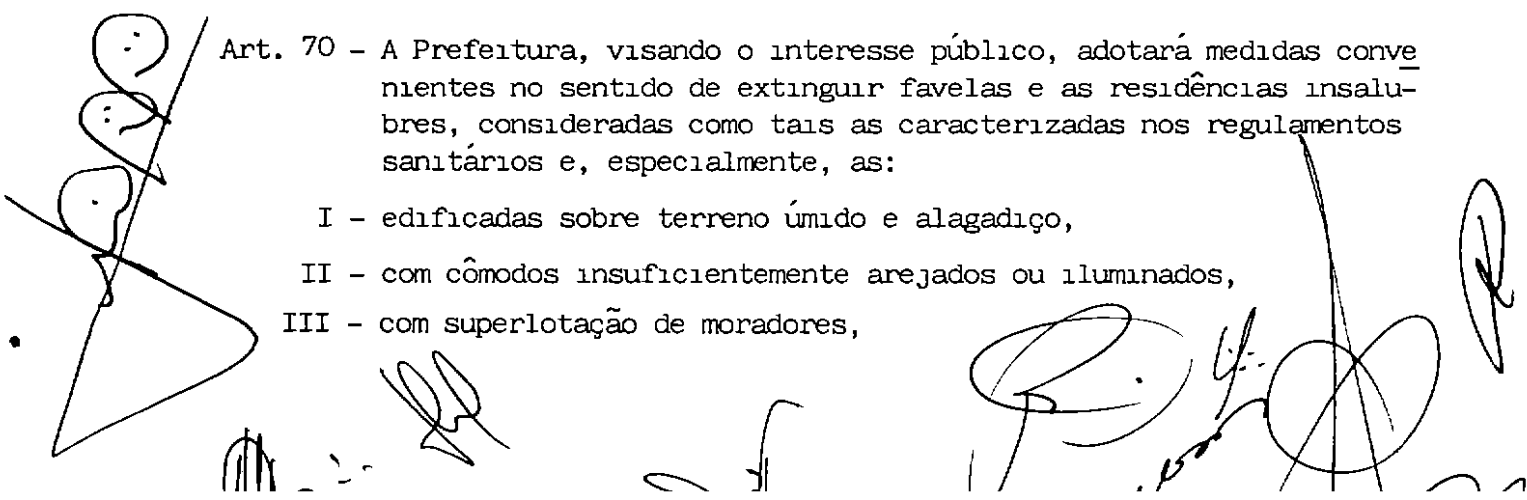
§ 2º - Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.

Art. 68 - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de meto ou servindo de depósito de lixo, dentro dos limites do perímetro urbano do Município.

Art. 69 - Os prédios de habitação coletiva deverão ser dotados de instalação coletora de lixo, convenientemente disposta, perfeitamente vedada e aparelhada de dispositivos para limpeza e lavagem.

Art. 70 - A Prefeitura, visando o interesse público, adotará medidas convenientes no sentido de extinguir favelas e as residências insalubres, consideradas como tais as caracterizadas nos regulamentos sanitários e, especialmente, as:

- I - edificadas sobre terreno úmido e alagadiço,
- II - com cômodos insuficientemente arejados ou iluminados,
- III - com superlotação de moradores,

The bottom of the page contains several handwritten signatures and marks. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'R. L.'. To its right, there are several smaller, more fluid signatures, including one that looks like 'R. L.' and another that is more abstract. There are also some circular and linear scribbles scattered across the bottom right area.

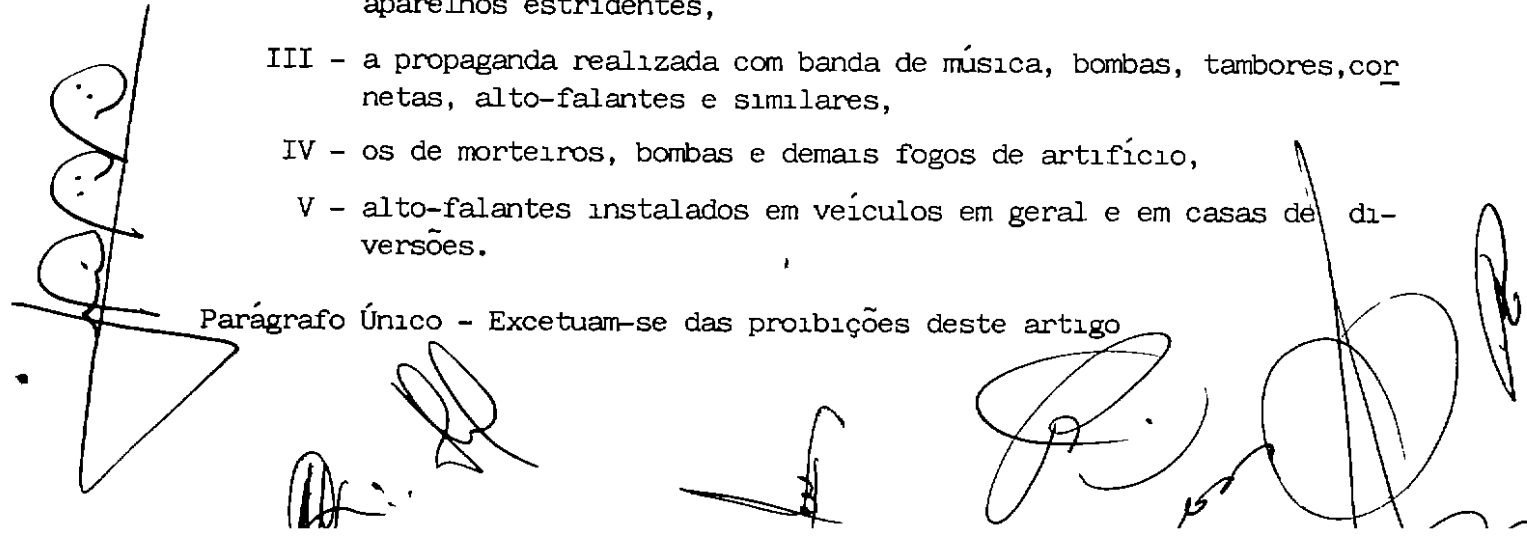
- IV - com porões servindo simultaneamente de habitação para pessoas, aves ou animais, ou como depósito de materiais de fácil decomposição,
- V - em que haja falta de asseio em geral no seu interior e dependências,
- VI - que tenham sido construídas com material impróprio ou inadequado, favorecendo a proliferação de insetos.
- Art. 71 - Incumbe aos proprietários dos imóveis urbanos ou rurais a extinção de focos de insetos nocivos, transmissores ou não de doenças, na forma apropriada.
- Art. 72 - Na impossibilidade individual de extinção do foco de insetos, será o fato levado ao conhecimento da autoridade competente, para o encaminhamento das providências cabíveis.
- Art. 73 - Os estabelecimentos de borracharias, sucatas, ferro-velho, oficinas e similares, deverão cuidar sempre para que não fique retida água em pneus, plásticos, peças e outras espécies que facilitam o esconderijo e criame de insetos.

CAPÍTULO III

DO SOSSEGO PÚBLICO

- Art. 74 - É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, em especial
- I - os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento,
- II - os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos estridentes,
- III - a propaganda realizada com banda de música, bombas, tambores, cornetas, alto-falantes e similares,
- IV - os de morteiros, bombas e demais fogos de artifício,
- V - alto-falantes instalados em veículos em geral e em casas de diversões.

Parágrafo Único - Excetua-se das proibições deste artigo



- I - as sirenes de veículos de assistência, Corpo de Bombeiros e Polícia, quando em serviço,
- II - os apitos das rondas e guardas de segurança;
- III - os alto-falantes destinados à propaganda política na forma da legislação eleitoral.

Art. 75 - É expressamente proibido executar qualquer atividades, trabalho ou serviço que produza ruído antes das sete (07) horas e depois das vinte (20) horas nas proximidades de hospitais, escolas, igrejas, asilos, orfanatos, casas de repouso e entidades similares.

CAPÍTULO IV

DA PUBLICIDADE EM GERAL

Art. 76 - A exploração de publicidade, por qualquer meio, nas vias e logradouros públicos depende de licença da Prefeitura e do pagamento da taxa correspondente.

Parágrafo Único - Inclui-se, ainda, na obrigatoriedade deste artigo, os anúncios que, embora apostos ou fixados em propriedades particulares sejam visíveis de lugares públicos.

Art. 77 - Não será permitida a publicidade quando:

- I - pela sua natureza provoque aglomeração prejudicial ao trânsito público,
- II - de alguma forma prejudique os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais e monumentos,
- III - aposta ou fixada em praças, parques, jardins, postes de iluminação pública e outros logradouros públicos, salvo autorização do Poder Público.
- IV - seja ofensiva à moral ou contenha dizeres desfavoráveis a crenças, instituições e indivíduos,
- V - obstrua, intercepte ou reduza o vão de portas e janelas,
- VI - contenha incorreções de linguagem,
- VII - pelo seu número ou má distribuição prejudique os aspectos das fachadas ou visibilidade dos prédios,

VIII - inscrita por pintura:

- a) - nos monumentos, parques, praças e jardins públicos;
- b) - nos postes de iluminação pública,
- c) - nas calçadas, meio-fios e leitos de ruas.

Art. 78 - Os anúncios luminosos ou não serão colocados a uma altura mínima de 2,50 m (dois metros e meio) do passeio público.

Art. 79 - Quando se tratar de prédio de mais de um pavimento não poderá, em hipótese alguma, a publicidade das lojas térreas prejudicarem a visibilidade das portas e janelas dos usuários dos pavimentos superiores.

CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 80 - É proibida a permanência de animais nas vias e logradouros públicos em estado de abandono ou que possam causar perigo aos transeuntes.

§ 1º - Os animais especificados no caput serão recolhidos no depósito da Municipalidade ou em outro local que lhe convenha e deverão ser retirados no prazo máximo de sete (7) dias úteis, mediante pagamento de multa e de preço público de manutenção a ser fixado pelo Executivo.

§ 2º - Não sendo os animais retirados no prazo fixado no parágrafo anterior, poderá a Prefeitura, a seu critério:

- a) - aliená-los mediante licitação,
- b) - transferi-los ao zôo municipal,
- c) - doá-los para fins de estudo científico.

Art. 81 - Não será permitida a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanho na sede do Município.

Art. 82 - Fica terminantemente proibido a criação, dentro dos limites do perímetro urbano, de animais, inclusive aves, que possam constituir focos de insetos nocivos, ou que, de qualquer modo, possam causar incômodo e mal-estar à população vizinha.

Parágrafo Único - A proibição estende-se à criação de abelhas e insetos.

Art. 83 - Os animais domésticos ou selvagens, nos casos em que a legislação federal permitir, serão bem tratados, assegurando-lhes condições adequadas de saúde, alimentação, espaço e higiene.

Art. 84 - É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar ou praticar atos de crueldade contra os animais.

CAPÍTULO VI

DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 85 - Para preservação do meio ambiente, a Prefeitura exigirá parecer técnico do órgão oficial competente, sempre que for solicitada licença de localização e funcionamento para estabelecimento que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 86 - É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar árvores da arborização pública, sendo esses serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura, obedecidas as disposições legais federais e estaduais pertinentes à matéria.

§ 1º - Quando se tornar absolutamente indispensável e obedecendo o caput deste artigo, o órgão competente da Prefeitura poderá fazer a remoção ou sacrifício de árvores a pedido de particulares, mediante indenização arbitrada pelo referido órgão.

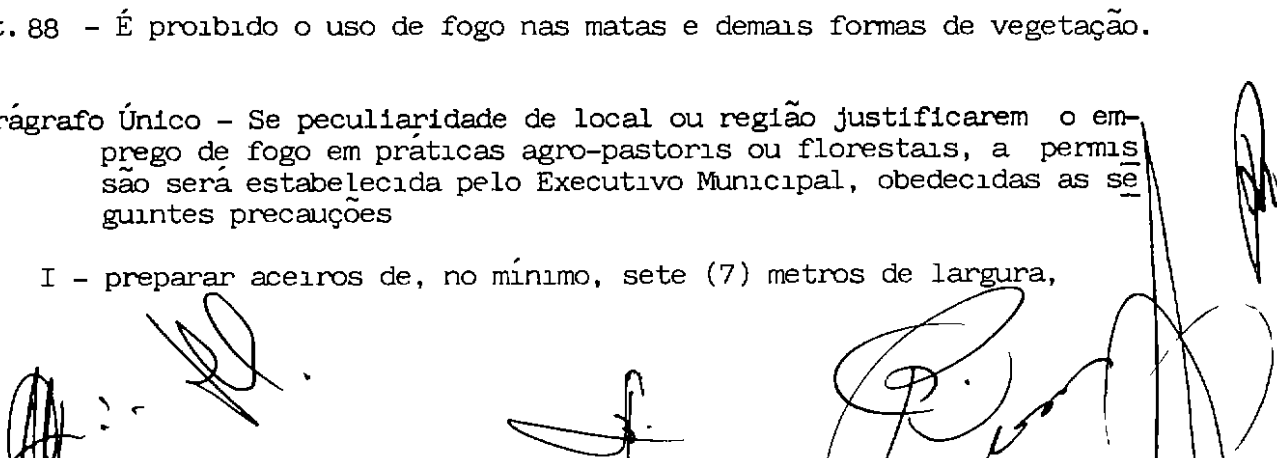
§ 2º - Para que não seja desfigurada a arborização de logradouro ou via, cada remoção ou sacrifício importará no imediato plantio / da mesma ou de nova árvore em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

Art. 87 - Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública para colocação de cartazes e anúncios, ou fixação de cabos e fios, nem para suporte ou apoio de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 88 - É proibido o uso de fogo nas matas e demais formas de vegetação.

Parágrafo Único - Se peculiaridade de local ou região justificarem o emprego de fogo em práticas agro-pastoris ou florestais, a permissão será estabelecida pelo Executivo Municipal, obedecidas as seguintes precauções

I - preparar aceiros de, no mínimo, sete (7) metros de largura,



- II - mandar avisar aos confinantes e Corpo de Bombeiros, com antecedência mínima de doze (12) horas, marcando hora e lugar para lançamento do fogo.
- Art. 89 - A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura, observadas as restrições do IBDF constantes do Código Florestal Brasileiro.
- Art. 90 - É proibido comprometer de qualquer forma a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.
- Art. 91 - Não será permitido o cultivo de produtos agrícolas que exijam a aplicação de agrotóxicos em terrenos da zona urbana, bem como áreas consideradas urbanizáveis ou de expansão urbana.
- Art. 92 - É proibida qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causadas por substâncias sólidas, líquidas ou gasosas, ou em qualquer estado de matéria que direta ou indiretamente:
- I - crie ou possa criar condições nocivas,
 - II - prejudique a fauna e a flora.

CAPÍTULO VII

DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

- Art. 93 - Para realização de divertimentos e festejos em locais de livre acesso ao público será obrigatória a licença prévia da Prefeitura.
- Art. 94 - Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras
- I - todas as dependências serão higienicamente limpas,
 - II - as portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livre de móveis e quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência,
 - III - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA" legível à distância e luminosa de forma suave quando se apagarem as luzes da sala,
 - IV - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento;
 - V - deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento,

- VI - durante os espetáculos as portas deverão ser conservadas abertas, vedadas apenas por cortinas,
- VII - os sanitários, diferenciados por sexo, deverão ter suas instalações em perfeito estado de funcionamento e serem providos de artigos higiênicos em quantidade apropriada.

Art. 95 - Nenhum estabelecimento comercial ou de diversões noturnas poderá funcionar sem o alvará de localização e funcionamento para execução de música ao vivo.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo é necessário uma total adequação do prédio, onde se situe, que deverá ser comprovada pela Secretaria Municipal competente e por laudo positivo do Corpo de Bombeiros.

Art. 96 - A armação de circos de pano ou parques de diversões só será permitida em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura.

§ 1º - A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a dois (2) meses.

§ 2º - Os circos e parques de diversões, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados pela fiscalização municipal e pelo Corpo de Bombeiros, em todas as suas instalações.

CAPÍTULO VIII

DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

SEÇÃO I

DO LICENCIAMENTO

Art. 97 - Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento do interessado e mediante pagamento do tributo devido.

Parágrafo Único - Não será concedida licença municipal para localização de atividade que, pela emanção de fumaça, poeira, odores, ruídos inômodos, ou por qualquer outro motivo possam comprometer a salubridade das habitações vizinhas, saúde e bem-estar de seus moradores.

Art 98 - A licença para funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leiterias, cafés, frutarias, bares, restaurantes, hotéis, motéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 99 - Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização e funcionamento em lugar visível e o exibirá à autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art.100 - Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial' deverá ser solicitada a necessária licença à Prefeitura que verificará se o novo local satisfaz às condições exigidas.

Art.101 - A licença de localização e funcionamento poderá ser cassada nos casos e forma em que dispuser a lei.

Art.102 - A instalação de postos de abastecimento de veículos ou bombas de combustíveis fica sujeita à licença especial da Prefeitura, mesmo quando para uso exclusivo de seus proprietários.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo será concedida mediante prévia vistoria pela fiscalização municipal quanto ao cumprimento do disposto no Art. 103 deste Código.

Art.103 - Nos postos de abastecimento, os serviços de limpeza, lavagem e lubrificação serão executados no recinto do estabelecimento, dotado de instalações adequadas destinadas a dar vazão às águas e resíduos de lubrificantes.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo estendem-se às garagens comerciais e demais estabelecimentos onde se executem tais serviços.

Art.104 - O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, sendo vedado.

- I - estacionar nas vias públicas e em outros logradouros fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura,
- II - impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos;
- III - transitar pelos passeios conduzindo carrinhos, cestos e outros volumes de grande porte,
- IV - deixar de atender às prescrições de higiene e asseio para a atividade exercida,
- V - colocar à venda produtos impróprios para o consumo.

Parágrafo Único - Decreto do Executivo regulamentará o exercício do comércio ambulante e das feiras livres.

Art.105 - O funcionamento de estabelecimento que se dedique ao comércio de fogos de artifício, mesmo quando não seja essa a atividade prin-

pal do negócio, fica sujeito à prévia licença expedida pela Prefeitura, que deverá ser requerida quinze (15) dias antes de sua instalação.

§ 1º - A concessão de licença dependerá de prévia vistoria da dependência do imóvel pela fiscalização municipal e do Corpo de Bombeiros, em relação à qual é exigido

- I - exibição do protocolo relativo ao requerimento solicitando autorização policial competente, nos termos da legislação federal em vigor,
- II - construção de alvenaria,
- III - sistema de combate a incêndio, extintor comum, com capacidade de 10 (dez) litros,
- IV - instalação elétrica embutida mediante conduit, sujeita a aprovação da Prefeitura.

§ 2º - Não será concedida licença quando se tratar de:

- I - local situado a menos de cem (100) metros de:
 - a)- depósitos de explosivos, inflamáveis ou combustíveis, inclusive simples postos de abastecimento,
 - b)- maternidades, hospitais e congêneres,
 - c)- cinemas, teatros e outras casas de diversões,
 - d)- estabelecimentos de ensino,
 - e)- edifícios públicos
- II - de imóveis situados em zona declarada estritamente residencial,
- III - de armazéns ou lojas com pavimento superior, residencial ou não, salvo se as lajes divisórias dos pavimentos forem de concreto armado.
- IV - de prédio residencial,
- V - de barraca instalada na via pública ou em qualquer imóvel,
- VI - de seção anexa em estabelecimento que comercie com materiais explosivos, inflamáveis ou combustíveis.

Art.106 - É terminantemente vedada a venda, doação ou qualquer meio de tradição de fogos de artifício a menores de dezoito (18) anos e incapazes civilmente.

Art.107 - Fica expressamente vedada a concessão de licença de localização e funcionamento para casas de diversões eletrônicas "fliperamas e jogos de mesa" para estabelecimentos que se localizem a uma distância inferior a duzentos (200) metros de escolas de 1º e 2º graus de ensino regular.

Parágrafo Único - Na licença de localização e funcionamento deverão constar as eventuais restrições estabelecidas pelo Juízo da Vara de Menores.

SEÇÃO II

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art.108 - O horário de funcionamento das atividades no Município

I - para o comércio e prestadores de serviço em geral:

a)- abertura às 7 00 horas e encerramento às 18 00 horas - segunda à sábado.

II - para as indústrias de modo em geral:

a)- abertura às 7.00 horas e encerramento às 18.00 horas - segunda à sábado.

Parágrafo Único - Ficam autorizadas a funcionar em caráter permanente as indústrias cujas características do produto exijam continuidade.

Art.109 - Os ramos de atividades enumeradas por grupos no anexo único desta Lei excetuam-se do contido no art. anterior, ficando sujeitos ao horário de funcionamento nele determinado.

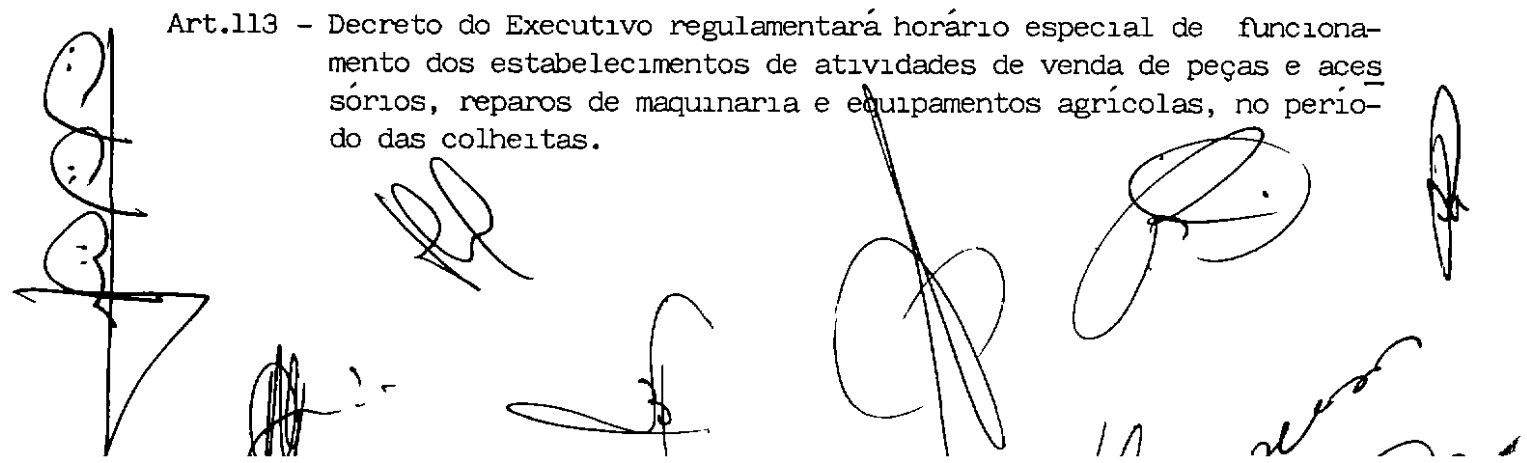
Art.110 - Os estabelecimentos farmacêuticos, além do horário normal de funcionamento, sujeitar-se-ão a escala de plantão definida pelo Executivo.

Art.111 - O funcionamento do comércio e de prestadores de serviços em dias comemorativos, que não considerados por lei como feriado, será estabelecido através de Decreto, obedecido o pagamento do tributo correspondente.

Art.112 - De 01 a 23 e de 26 a 30 de dezembro, as casas varejistas poderão permanecer aberta até às 22 horas, requerida licença especial.

Parágrafo Único - Às vésperas de Natal e Ano Novo, os estabelecimentos a que se refere este artigo poderão funcionar das 8 00 às 18 00 horas.

Art.113 - Decreto do Executivo regulamentará horário especial de funcionamento dos estabelecimentos de atividades de venda de peças e acessórios, reparos de maquinaria e equipamentos agrícolas, no período das colheitas.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials. On the left, there is a large, stylized signature. To its right are several smaller, more fluid signatures and initials, including one that appears to be '11' and another that looks like 'des'.

CAPÍTULO IX

DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITO DE AREIA E SAIBRO

Art.114 - A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e de saibro depende de licença da Prefeitura, precedida de manifestação de órgão público estadual e/ou federal competente.

§ 1º - As licenças para exploração serão por prazo fixo.

§ 2º - Será interditada a pedreira que, embora licenciada pela Prefeitura, demonstre posteriormente que a sua exploração acarreta perigo ou dano à vida ou à propriedade.

Art.115 - A exploração de pedreira a fogo fica sujeita às seguintes condições.

- I - intervalo mínimo de trinta minutos entre cada série de explosões,
- II - içamento antes da explosão de uma bandeira á altura conveniente para ser vista à distância,
- III - toque de uma sineta por três vezes e o aviso em brado alto e prolongado dando sinal de fogo.

Art.116 - É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município.

- I - à jusante do local em que recebem contribuições de esgotos,
- II - quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;
- III - quando possibilitem a formação de locais que causem, por qualquer forma, a estagnação das águas,
- IV - quando de algum modo possam oferecer perigo às pontes, muralhas e qualquer obras construídas nas margens ou sobre os leitos dos cursos.

CAPÍTULO X

DOS CEMITÉRIOS

Art.117 - Os cemitérios públicos terão caráter secular e serão administrados e fiscalizados pela Prefeitura.

Art.118 - Os serviços de cemitérios do Município, sua implantação, funcionamento, inumação, exumações, trasladações, concessões e demais assuntos pertinentes terão disposições próprias fixadas em lei.

TÍTULO IV

DA POLÍCIA URBANÍSTICA E DAS OBRAS

Art.119 - Nenhuma construção, reconstrução, ampliação, demolição ou reforma poderá ser executada sem prévia licença da Prefeitura, obedecidas as normas municipais específicas, pena de embargo.

Art.120 - Nenhuma construção nova, ou que tenha sofrido reforma substancial poderá ser habitada sem vistoria municipal.

TÍTULO V

DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

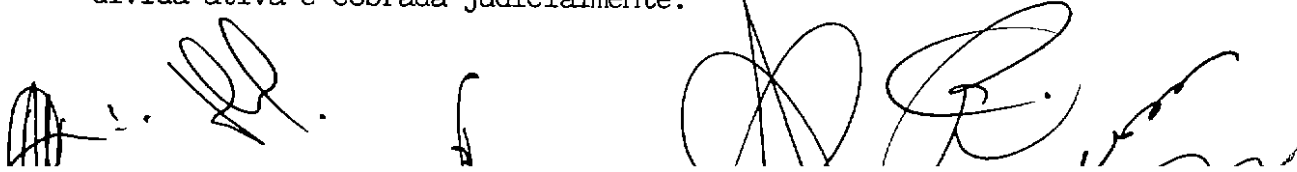
Art.121 - Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código, ou de outras leis, decretos ou atos baixados pelo Executivo, no uso de seu poder de polícia.

Art. 122 - Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração.

Art.123 - A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa,além de o infrator responder civil e criminalmente pelos seus atos.

Art.124 - A penalidade pecuniária será judicialmente executada se o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

Parágrafo Único - A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa e cobrada judicialmente.



Art.125 - As multas serão aplicadas em grau mínimo, médio e máximo, em valor variável de uma a vinte (1 à 20) Unidade Valor Fiscal - (UVF) para cada infração.

Parágrafo Único - Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista

- I - a maior ou menor gravidade da infração,
- II - as circunstâncias atenuantes ou agravantes da infração,
- III - os antecedentes do infrator com relação às disposições deste Código.

Art.126 - Nas reincidências as multas serão cobradas em dobro.

Parágrafo Único - Reincidente é o que violar preceito deste Código, outras leis, decretos ou atos baixados pelo Executivo e por cuja infração já tiver sido autuado.

Art.127 - A penalidade a que se refere este Código não isenta o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma esta belecida pelo Código Civil.

Parágrafo Único - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art.128 - Nos casos de apreensão, a coisa será recolhida ao depósito da Prefeitura; quando a isso não se prestarem, ou a apreensão se realizar fora da cidade, poderão ser depositados em mãos de terceiros ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades devidas.

Parágrafo Único - A devolução dos objetos apreendidos só se fará após pagas as multas que tiverem sido aplicadas e indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido realizadas com a apreensão, transporte e depósito.

Art.129 - No caso de não serem retiradas dentro do prazo de trinta (30) dias, as coisas apreendidas poderão ser vendidas em hasta pública, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento.

Art.130 - Quando a apreensão recair sobre produtos deterioráveis ou perecíveis, o infrator terá o prazo de três (03) horas para retirá-los, após o que serão doados para entidades assistenciais.

Parágrafo Único - Verificado que os produtos apreendidos não se prestam para consumo, proceder-se-á sua eliminação, mediante a lavratura de termo próprio.

Art.131 - As penalidades previstas neste Código poderão ser aplicadas, sem prejuízo das que possam ser impostas por autoridades federais ou estaduais.

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. There are approximately seven distinct marks, including a large signature on the left, several smaller initials in the center, and a large, stylized signature on the right.

SEÇÃO II

DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Art.132 - Verificando-se qualquer infração, será expedida notificação preliminar ao infrator para que, em prazo razoável, regularize a situação.

SEÇÃO III

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art.133 - Auto de Infração é o instrumento por meio do qual o agente fiscal apura a violação das disposições deste Código, outras leis, decretos ou atos do Executivo Municipal.

Art 134 - O Auto de Infração obedecerá a modelos especiais e conterá, obrigatoriamente:

- I - o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado,
- II - o nome de quem o lavrou, relatando-se com clareza a infração, com pormenores que possam servir de atenuante ou agravante da ação,
- III - a identificação do infrator,
- IV - a disposição infringida,
- V - a assinatura de quem o lavrou e do infrator.

Art.135 - Recusando-se o infrator a assinar o auto, o fato será averbado pelo agente fiscal que o lavrar.

SEÇÃO IV

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art.136 - Lavrado o Auto de Infração, o infrator terá o prazo de (30) dias para apresentar defesa, por escrito, após a data da ciência, ou pagar a multa com 50% (cincoenta por cento) de redução de valor.

Art.137 - Julgada improcedente, ou não sendo a defesa apresentada no prazo, será o infrator intimado a recolher a multa imposta, pelo seu valor integral, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

Art.138 - Quando a pena, além de multa, determinar a obrigação de fazer ou desfazer qualquer obra ou serviço, será o infrator intimado dessa obrigação, fixando-se prazo de até sete (07) dias para o início de cumprimento e prazo razoável para a sua conclusão.

- § 1º - Desconhecendo-se o paradeiro do infrator, far-se-á intimação por meio de edital publicado na imprensa local ou afixado em local apropriado na sede da Prefeitura.
- § 2º - Esgotados os prazos sem que tenha o infrator cumprido a obrigação, a Prefeitura providenciará a execução da obra ou serviço, obrigando o infrator a indenizar o custo acrescido corrigido monetariamente, acrescido de 20% (vinte por cento) a título de administração, em prazo de quinze (15) dias contados da intimação.

SEÇÃO V

DO PROCEDIMENTO PARA CASSAÇÃO DE ALVARÁ

Art. 139 - O Alvará de Licença poderá ser cassado:

- I - quando se tratar de atividade diferente da requerida,
- II - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança pública,
- III - se o licenciado se negar a exibi-lo ao agente fiscal, quando solicitado a fazê-lo,
- IV - por solicitação de autoridade competente, provados os motivos que fundamentarem a solicitação.
- V - após a lavratura de três autos de infração de qualquer natureza em período de um ano de data do primeiro ao terceiro.

- § 1º - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente lacrado,
- § 2º - Poderá ser igualmente lacrado todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença.

Art. 140 - O processo de cassação de alvará de licença poderá ser iniciado:

- I - "Ex officio",
- II - por solicitação de autoridade, comprovados os motivos;
- III - por munícipes que sintam-se prejudicados.

Parágrafo Único - Nenhum Alvará de Licença poderá ser cassado sem que antes seja assegurado ao infrator o direito pleno de defesa.

Art. 141 - Na ausência de defesa ou findo o processo administrativo e vencido o infrator, ser-lhe-á fixado prazo de vinte e quatro (24) horas para preparar o estabelecimento a ser lacrado.

Art. 142 - Vencido o prazo, servidores municipais, com apoio de força policial, se necessário, farão o lacre do estabelecimento, afixando-lhe o respectivo termo.

Art. 143 - Quando o estabelecimento não possuir Alvará de Licença, o infrator será notificado para regularizar sua situação ou encerrar suas atividades em prazo de cinco (05) dias.

§ 1º - Se após o prazo o infrator permanecer com portas abertas, ser-lhe-á encaminhado ofício dando-lhe prazo de 24 (vinte e quatro) horas para preparar o estabelecimento para ser lacrado.

§ 2º - Vencido o prazo, a Prefeitura fará o lacre do estabelecimento na forma do art. 142 deste Código

Art.144 - Considera-se sem Alvará de Licença o estabelecimento que mudou-se para outro local sem prévia autorização da Prefeitura.

TÍTULO VI

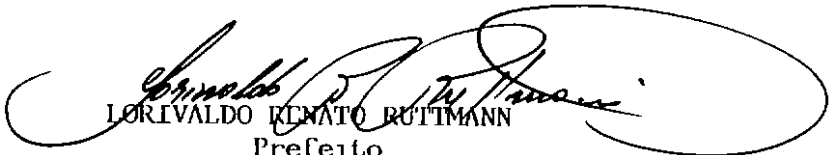
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

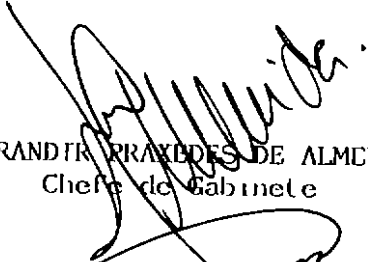
Art.145 - A expedição de certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações deverá ser requerida ao Prefeito e será expedida no prazo máximo de dez (10) dias.

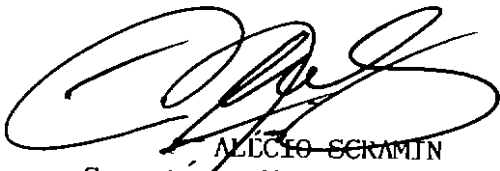
Art.146 - Contar-se-ão os prazos previstos neste Código excluindo-se o dia de início e incluindo o dia do término.

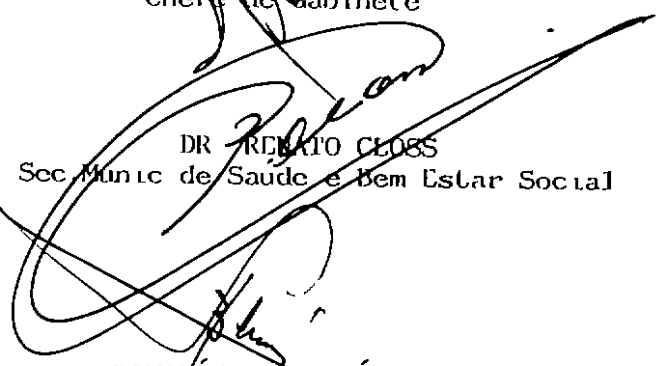
Art. 147 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Executivo regulamentar a presente Lei no que for necessário, revogadas as disposições em contrário

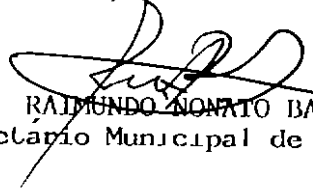
Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 1990.

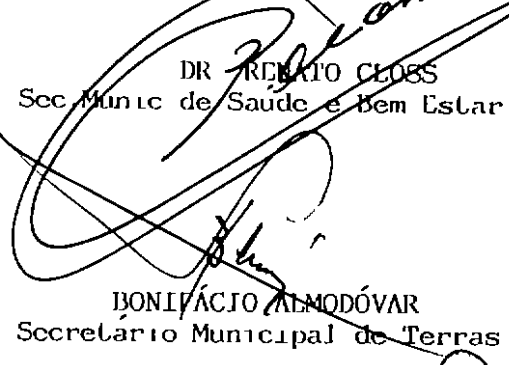

LORIVALDO RENATO RUTTMANN
Prefeito

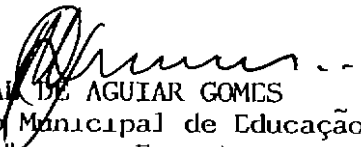

DR JURANDIR PRAXEDES DE ALMETDA
Chefe do Gabinete

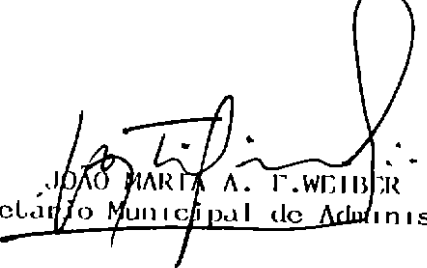

ALÉCIO SCRAMIN
Secretário Municipal de Fazenda

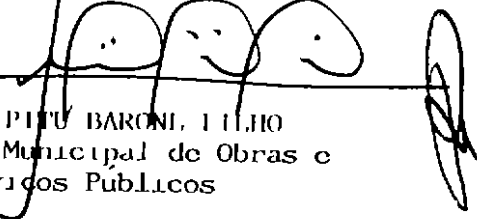

DR RENATO CLOSS
Sec. Munic de Saúde e Bem Estar Social


RAIMUNDO RENATO BARBOSA
Secretário Municipal de Planejamento


BONIFÁCIO ALMODÓVAR
Secretário Municipal de Terras


PASCOAL DE AGUIAR GOMES
Secretário Municipal de Educação,
Cultura e Esportes


JOÃO MARIA A. F. WEIBER
Secretário Municipal de Administração


BATISTA PINU BARONI, FILHO
Secretário Municipal de Obras e
Serviços Públicos


DR. EDELICIO VIEIRA

ANEXO ÚNICO

GRUPO I

De segunda a sábado - das 8 às 20 horas

Domingos e feriados - das 8 às 12 horas

RAMO DE ATIVIDADE. - quitanda, frutaria, mercearia, frios e massas alimentícias, salão de beleza, cabelereiro, barbeiro, casa lotérica e de apostas, floricultura, distribuidor de gelo, casa de jogos eletrônicos, agência de turismo e viagens, açougue, peixaria, academias esportivas e culturais, saunas, bancas de jornais e revistas, massagistas, locadora de veículo, casa de café, farmácia homeopática, casa de acumuladores, e depósito de carvão vegetal.

GRUPO II

Todos os dias - das 9 às 24 horas

RAMO DE ATIVIDADE. - cinema, teatro, parque de diversões e circos.

GRUPO III

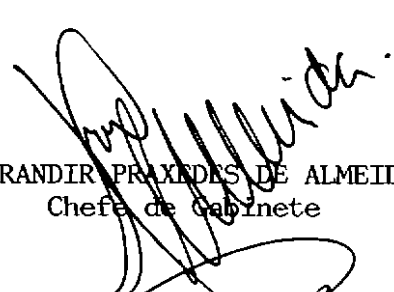
Todos os dias - 24 horas

RAMO DE ATIVIDADE. - bares, lanchonetes, pizzarias, restaurantes, posto de gasolina e reparos de pneus, hotel, motel, pensão, hospedaria, garagem e estacionamento de veículos, empresas de ônibus, serviço de fornecimento e distribuição de gás, panificadora, confeitaria, bufê, serviços funerários, farmácias fora da sede, hospital, ambulatório, sanatório, clínica de internamento, pronto-socorro, banco de sangue, casa de recuperação e repouso, orfanato, as

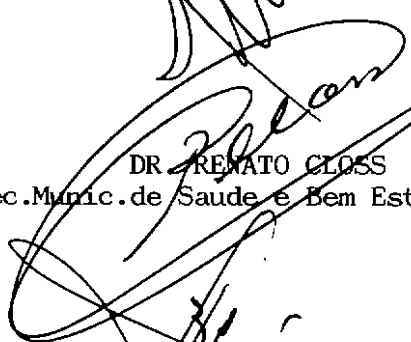
lo e outras entidades de assistência social, clube social, clube esportivo, clube recreativo, associação e sociedade cultural, recreativa, social ou científica, serviço de rádio, televisão e jornal, serviço de radiografia e radiotelefonia, rádio-táxi, confecção de chaves, centro de abastecimento hortifrutigrangeiro, processamento de dados e serviço de telex

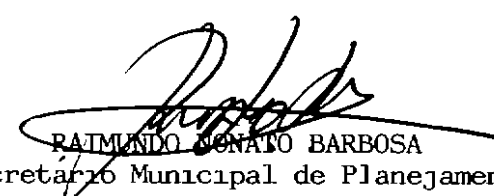
Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 1.990.


LORIVALDO RENATO RUTIMANN
Prefeito

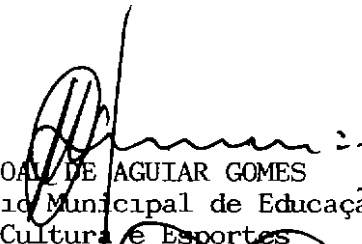

DR. JURANDIR PRAXEDES DE ALMEIDA
Chefe de Gabinete

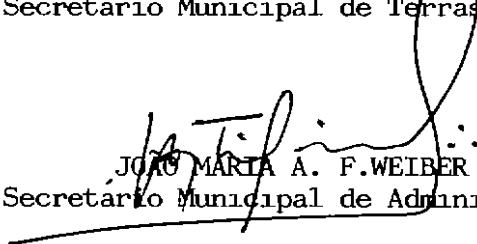

ALECIO SCRAMIN
Secretário Municipal de Fazenda

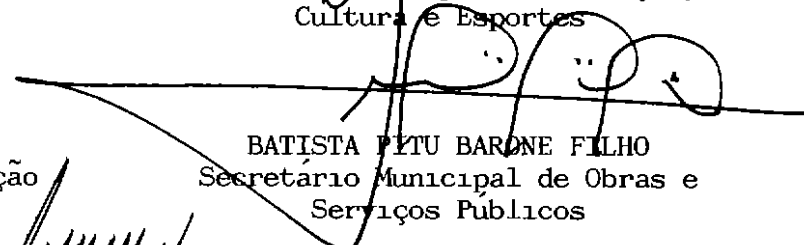

DR. RENATO CLOSS
Sec. Munic. de Saude e Bem Estar Social

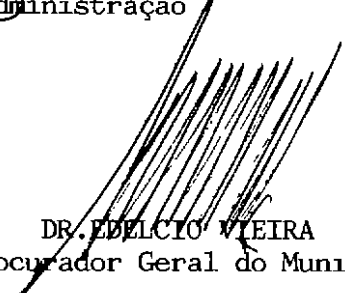

RAIMUNDO DONATO BARBOSA
Secretário Municipal de Planejamento


BONIFACIO ALMODÓVAR
Secretário Municipal de Terras


PASCOAL DE AGUIAR GOMES
Secretário Municipal de Educação,
Cultura e Esportes


JOAO MARIA A. F. WEIBER
Secretário Municipal de Administração


BATISTA PITU BARONE FILHO
Secretário Municipal de Obras e
Serviços Públicos


DR. EDELCIO VIEIRA
Procurador Geral do Município

